

BOLETIM INFORMATIVO

CAO. EDUCAÇÃO

10.2023



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11
NOVIDADES LEGISLATIVA.....	14

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[Profissionais da Educação participam de curso online em Cuiabá](#)

O curso online Noções Básicas de Solução de Conflitos Escolares está sendo ministrado para cerca de 280 profissionais da Educação de Cuiabá e Várzea Grande, durante o mês de setembro, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, com objetivo de prevenir a violência escolar e promover uma cultura de paz nas unidades de ensino. Divididos em cinco turmas, participam da capacitação coordenadores de escolas, professores, psicólogos, assistentes sociais, entre outros.



[MPMT debate ampliação de vagas nas duas creches de Poxoréu](#)



Com uma demanda reprimida de 47 vagas para berçário, duas para maternal e 10 para pré-escola I, o Município de Poxoréu (a 251km de Cuiabá) se comprometeu a informar a previsão do aumento do número de vagas em creches para os anos de 2024 e 2025. Essa foi uma das deliberações da audiência extrajudicial realizada pela Promotoria de Justiça da comarca, no dia 6 de setembro, com o objetivo de debater as medidas necessárias para ampliação das vagas nas duas unidades municipais de educação infantil (creches).

[Bapre apoia projeto que busca fortalecer educação por meio do esporte](#)

Com recursos oriundos do Banco de Projetos e Entidades (Bapre) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na ordem de R\$ 180 mil, o Programa Social Vôlei Kids - Educando e Praticando contempla 150 crianças e adolescentes da rede pública de ensino de Cuiabá. A destinação dos recursos foi viabilizada pela 15ª Promotoria de Justiça Cível da Defesa do Meio Ambiente Natural da Capital.



Projeto Cibus é desenvolvido em três instituições de ensino



Para acompanhar de perto o andamento do Projeto Cibus - “Você tem fome de Quê?”, no município de Apiacás, o promotor de Justiça substituto Adalberto Biazotto Junior realizou no dia 21 de setembro visita às três instituições de ensino que foram contempladas com a iniciativa. A vistoria, realizada nas escolas Guilherme de Almeida (Gleba Arumã), Paulo Freire e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), contou com a participação do engenheiro agrônomo do Centro de Apoio Operacional, Rodrigo Dondé Castro.

Membros do MPMT destacam importância do estudo e da disciplina

“A educação tem força transformadora e potencial revolucionário. E o desejo de mudar a nossa vida e da sociedade passa obrigatória e necessariamente pela educação e pelo conhecimento”, afirmou o coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) - Escola Institucional do Ministério Público de Mato Grosso, Antonio Sergio Cordeiro Piedade. O recado foi transmitido aos cerca de 50 acadêmicos do curso de Direito da União das Faculdades Católicas de Mato Grosso (Unifacc), recebidos no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá durante a 4ª edição do projeto “Ministério Público sem mistério”.



NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPSC - Colégios particulares não podem recusar matrícula de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais](#)



As escolas particulares de Santa Catarina não podem rejeitar alunos com necessidades educacionais especiais. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou a determinação do Juízo de primeiro grau em uma ação civil pública ajuizada pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau para garantir o direito de acesso à educação de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

[MPPR obtém liminar para que Município de Telêmaco Borba implante atendimento a crianças e adolescentes com TEA](#)

Em Telêmaco Borba, nos Campos Gerais, o Juízo da Vara da Infância e Juventude atendeu pedido liminar do Ministério Público do Paraná e fixou o prazo de 60 dias que o Município apresente um plano de ação para o atendimento de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O Judiciário estabeleceu multa diária de R\$ 500 em caso de descumprimento. A decisão decorre de ação civil pública ajuizada por meio da 4ª Promotoria de Justiça da comarca após a constatação de que esses pacientes enfrentam longas filas de espera para atendimento em áreas específicas. Processo número 0005147-73.2023.8.16.0165.



[MPPR - Perguntas tratam de acesso a educação para crianças com deficiência](#)

O MPPR Responde trata nesta edição de direitos de crianças e adolescentes com deficiência quanto à inclusão nas escolas. Quem esclarece as dúvidas é o promotor de Justiça Felipe Lyra da Cunha, do Ministério Público do Paraná. Confira:

[- A escola é obrigada a garantir condições de inclusão para crianças com deficiência? Isso vale para as redes pública e particular?](#)

[- Como e a quem posso noticiar o tratamento inadequado oferecido na escola a uma criança com deficiência?](#)

Após atuação do MPSP, Estado é obrigado a dispor de tradutores de Libras na rede de ensino



Graças à atuação do MPSP, o Estado de São Paulo deverá contratar tradutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para sua rede pública de ensino. A decisão do Tribunal de Justiça manteve a procedência do pedido feito pelo Ministério Público em ação civil pública ajuizada na Comarca de Itatiba. O Estado interpôs recurso extraordinário que foi provido por decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de julgar improcedente o pedido.

MPRJ recomenda que Guapimirim adote o piso salarial nacional para os profissionais de educação básica

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Magé, expediu Recomendação para que o Município de Guapimirim adote o piso salarial nacional como referência para o pagamento da remuneração e para o Plano de Carreira dos profissionais de educação básica do município. O valor atualmente é de R\$ 4.220,50 para a carga horária de 40 horas semanais, conforme atualização promovida pela Portaria MEC 17/2023



MPRJ obtém decisão obrigando Nova Friburgo a atender crianças de 0 a 3 anos em creches municipais



A Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Friburgo obteve decisão favorável à ação civil pública ajuizada para que o Município de Nova Friburgo matricule todas as crianças de 0 a 3 anos de idade, cujos familiares manifestem interesse, em creches públicas municipais próximas às suas residências ou do local de trabalho de seus pais ou representantes legais. De acordo com a decisão da 1ª Vara de Família, Infância e da Juventude e do Idoso de Nova Friburgo, a prefeitura deverá incluir em suas leis orçamentárias os custos para o atendimento, inclusive para a implementação de um plano concreto de ação, através do qual o município possa apurar o real número de crianças que se encontram fora das creches, bem como para a construção e aparelhamento de novas unidades de ensino que se fizerem necessárias, no prazo máximo de 18 meses.

[MPPI expede recomendação para que município de Novo Oriente do Piauí não interrompa os serviços de educação por conta de queda no repasse do FPM](#)

O Ministério Público do Piauí, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Valença, expediu recomendação ao prefeito de Novo Oriente do Piauí, Francisco Sobreira, para que não suspenda ou interrompa os serviços de educação como medida de contenção de gastos por queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A recomendação é assinada pelo promotor de Justiça Sinobilino Pinheiro.



[MPRS destina 20 celulares a estudantes da rede municipal de ensino de Torres](#)



O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) em Torres, por meio do promotor de Justiça Vinícius de Melo Lima, no dia 29 de setembro, realizou a entrega de 20 aparelhos celulares à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Torres para destinação aos alunos da rede pública municipal de ensino.

[A pedido do MPMA, Justiça determina que Município disponibilize psicólogos e assistentes sociais nas escolas](#)

O Ministério Público do Maranhão obteve decisão judicial que obriga o Município de Imperatriz a disponibilizar psicólogos e assistentes sociais na rede de educação básica. A sentença, proferida em 4 de setembro, é resultado de Ação Civil Pública proposta pela 9ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Infância e Juventude de Imperatriz, assinada pelos promotores de justiça Newton de Barros Bello Neto e Domingos Eduardo da Silva.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Após recomendação do MPF, Prefeitura de Petrópolis \(RJ\) garante gratuidade no transporte público aos alunos do Cefet](#)

A Prefeitura de Petrópolis (RJ) informou o cumprimento de recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para garantir a gratuidade de passagem no transporte público aos alunos do curso de técnico em telecomunicações do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Procedimento em trâmite no MPF, identificou que as empresas Cidade Real e Turb estavam negando o transporte gratuito aos alunos do ensino médio técnico da instituição. Agora, todas as empresas de transporte da cidade estão aplicando a gratuidade devidamente.



[Nova recomendação reitera que estado e municípios adquiram produtos da agricultura familiar e pesca artesanal para merenda escolar na Paraíba](#)



Os 223 municípios que compõem o Estado da Paraíba estão sendo novamente recomendados a cumprir a Lei 11.947/2009. Essa lei determina que 30% dos recursos totais recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam utilizados para adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, e da pesca artesanal, com prioridade para os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A recomendação foi emitida pelo Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública Estadual (DPE-PB). Íntegras: [Recomendação aos municípios](#); [Recomendação à Secretaria de Estado de Educação e às 14 Gerências Regionais de Educação da Paraíba](#); [Recomendação à Empaer](#).

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF invalida ampliação de atividades de magistério para aposentadoria especial no RS

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional uma lei do Rio Grande do Sul que considerava como efetivo exercício na função de magistério, para os efeitos de aposentadoria especial, as atividades administrativas, técnico-pedagógicas e de representação sindical desempenhadas por professores. A decisão foi tomada na sessão virtual finalizada em 1º/9, no julgamento da [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 856](#). A lei estadual já estava suspensa por liminar anteriormente concedida pela Corte.



Inclusão de gastos previdenciários nas despesas com ensino na PB e em PE é inconstitucional



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais leis da Paraíba e de Pernambuco que incluíam gastos previdenciários com profissionais da educação inativos nas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. A decisão unânime foi tomada no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade [5546](#) e [6412](#). As ações foram ajuizadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), respectivamente, contra dispositivos da Lei paraibana 6.676/1998 e da Lei Complementar pernambucana 43/2002.

OUTRAS NOTÍCIAS

[MEC inicia pactuação do Escola em Tempo Integral](#)



O Ministério da Educação (MEC) iniciou a fase de pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. O procedimento começou nesta sexta-feira, 1º de setembro, e deve ser realizado até o dia 15 de outubro, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (Simec), com login do secretário de Educação. A política teve adesão de todos os estados brasileiros e de 86% dos municípios.

[Pacto pela Retomada de Obras tem quase 80% de adesão](#)

Das 3.641 obras aptas a serem incluídas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica, 2.908 manifestaram o interesse na retomada, uma taxa de 79,86%. O prazo para a manifestação de interesse na repactuação de obras paralisadas e inacabadas se encerrou no dia 10 de setembro. A iniciativa do Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visa criar as condições técnicas necessárias para viabilizar essas obras e entregá-las à população.



[FNDE irá repassar mais de R\\$ 95 milhões para a educação infantil](#)



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vai repassar R\$ 95.226.251,05 para a manutenção de novas matrículas em turmas de educação infantil no período parcial e integral, em 221 municípios, por meio do Programa de Apoio a Novas Turmas de Educação Infantil. O repasse foi oficializado por meio da publicação da [Portaria 42/2023](#) no Diário Oficial da União (DOU), em 11/09, feita pelo Ministério da Educação (MEC). A verba é destinada a creches e escolas públicas, ou instituições sem fins lucrativos conveniadas com o poder público.

Supremo mantém decisão que validou piso nacional dos professores

O Plenário do Supremo Tribunal Federal negou embargos de declaração contra a decisão que confirmou a validade do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 11.738/2008, que prevê a forma de atualização do piso nacional do magistério da educação básica a ser divulgada pelo Ministério da Educação (MEC). A decisão se deu nos termos do voto do relator, ministro Luís Roberto Barroso, que entendeu que os embargantes não demonstraram a existência de erro, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão questionado. [Inteiro teor do acórdão](#).



Justiça determina ao DF que disponibilize monitor educacional a aluno com déficit cognitivo

A 2ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve decisão que condenou o Distrito Federal a disponibilizar monitor educacional exclusivo para adolescente com déficit cognitivo. Além disso, o DF deverá assegurar que todas as indicações estabelecidas pelo estudo de caso do aluno sejam cumpridas. Processo em segredo de Justiça.

Capacitação de educadores para proteção de crianças vira lei



Foi publicada no Diário Oficial da União a [Lei 14.679](#), que inclui a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação. A nova lei também insere entre os princípios de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) a identificação de maus-tratos, negligência e violência sexual praticados contra os menores de 18 anos.

Sancionada política de qualidade de vida para profissionais da educação

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou nesta segunda-feira (18) a [Lei 14.681](#), que cria a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. A lei norteará a elaboração de planos obrigatórios para o sistema público, mas optativos para as instituições privadas. Os documentos devem prever ações de atenção à saúde integral e de prevenção de doenças no ambiente educacional, além de estimular práticas que promovam o bem-estar no trabalho de maneira sustentável, humanizada e duradoura.



Projeto Nosso Judiciário beneficia 340 alunos da Escola Militar Tiradentes em Várzea Grande



Qual a função da Justiça? Ela é gratuita? Como podemos resolver um conflito? Essas e outras questões foram apresentadas para cerca de 340 alunos dos ensinos fundamental e médio da Escola Estadual Militar Tiradentes Tenente Coronel PM Lourison Rodrigues Benevides, em Várzea Grande, durante visita do projeto Nosso Judiciário, dias 23 e 29 de agosto.

TJAL - Colégio deve disponibilizar acompanhante especializado para criança com TDAH

O Colégio Adventista de Maceió deve disponibilizar acompanhante especializado para auxiliar criança de cinco anos com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A decisão é da juíza Marclí Guimarães de Aguiar, da 1ª Vara Cível da Capital, que determinou multa diária de R\$ 5 mil, limitada no valor de R\$ 100 mil, em caso de descumprimento. Matéria referente ao processo nº 0736444-54.2023.8.02.0001



Aluna deficiente visual será indenizada por falta de suporte especial

A 3ª turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal manteve decisão que determinou uma instituição oferecer suporte acadêmico mais amplo à aluna com deficiência visual. Além disso, a instituição de ensino deverá desembolsar a quantia de R\$ 3 mil a título de danos morais. Confira [aqui](#) a decisão (Processo: 0729732-38.2022.8.07.0003)



NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 14.681, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023](#) - Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação.

[LEI Nº 14.679, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

[LEI Nº 14.685, DE 20 DE SETEMBRO DE 2023](#) - Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede de ensino.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br